

“Índio também é vítima do racismo”, diz padre

FERNANDO FOCH
Enviado Especial

MANAUS — O padre peruano Joaquim Garcia Sanchez, que está participando do I Encontro de Pastoral Indígena Panamazônica, afirmou ontem que o índio brasileiro é vítima de racismo provavelmente introduzido no País pelas imigrações européias, e afirmou que o mesmo processo vai acontecer em breve na Bolívia.

A 48 horas do encerramento, o encontro promovido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e pelo Conselho Episcopal Latino-Americano já permite concluir que os missionários peruanos são os que mais se aproximam da linha indigenista dos setores mais liberais da Igreja que, ao que tudo indica, será adotada como recomendação de uma ação pastoral comum.

“A Igreja no Peru” — explicou o padre Joaquim Garcia Sanchez, coordenador geral da Pastoral naquele país — “tenta levar o índio a redescobrir sua dignidade humana e cultural e a descobrir a contradição do sistema político com sua própria situação. Mas isso através de uma Igreja autóctone.”

IGREJA LIBERTADORA

Segundo ele, “a Igreja peruana assume uma linha pastoral encarnacionista libertadora, tomando-se a palavra pastoral como significado de viver a realidade do nativo, aprender sua língua e encarnar sua cultura.” Explicou ainda que, dentro dessa preocupação de resgatar valores indígenas, é promovida a formação de médicos autóctones, “que exercem uma função social”, professores bilingües também autóctones e federações nativas.

Depois de dizer à imprensa aquilo que, no encontro, deixa a impressão de que os peruanos são os mais organizados em pastoral indígena (há, por exemplo, sistemático trabalho de pesquisa antropológica), o sacerdote informou que a Amazônia peruana tem 67 grupos indígenas, com um total de 240 índios que se dividem em dois grupos linguísticos.

Sobre as pesquisas antropológicas, que informam toda a pastoral, e que são realizadas pelo Centro Amazônico de Antropologia Aplicada, padre Joaquim Sanchez, citou a mais recente: “O estudo da dominação da Amazônia desde 1542, com a viagem de Orellana, até hoje, incluindo todas as suas sete fases: A indígena, a evangelização paternalista, a expulsão dos jesuítas, a exploração da borracha (“quando foram exterminados com requintes de sadismo cerca de 10 milhões de índios”), a feudal-paternalista, e a de integração à vida nacional, além da fase atual.”

Disse ainda o sacerdote que, ao exercer a Pastoral Indígena, a Igreja não encontra problemas com o governo, “embora possam existir alguns momentos difíceis”. Em contrapartida, não há afinidade maior para que sejam capazes de estabelecer vínculos jurídicos para essas relações. “Há alguns convênios de educação bilingüe e na área de saúde.”

Na primeira fase da revolução peruana, sob o governo Alvarado, foi criado um organismo, hoje já menos articulado e ativo. Trata-se do Sinamos, destinado “à mobilização e organização popular. Mas na Amazônia, ele sempre atuou pouco e sem informação, de modo que nunca nos causou problemas.”

FUNAI E RACISMO

Aliás, o padre Sanchez diz que a Funai exerce um controle muito acentuado, que tolhe a liberdade da Igreja. “Estou vivamente impressionado com essa situação.” além disso, a filosofia e a praxe da fundação seriam contrárias à preservação cultural do índio.

Padre Sanchez defende a tese que, segundo observadores, seria a mesma dos setores mais liberais da igreja no Brasil. De que qualquer colocação de valores dos civilizados na cultura nativa (a palavra “índio” é pejorativa em seu país) é uma forma de etnocídio. Isso ocorre no Peru onde, inclusive, o indígena é submetido aos tribunais civis comuns, o que critica. Como exemplo, citou o assassinato recente de um feticheiro, ocorrido sob a roupagem ritual.

O religioso, que “não sabia o que se passava aqui”, acredita que “se o Peru adotasse uma política de desenvolvimento a qualquer preço, certamente isso significaria extermínio de índios.” É o que estaria, em sua opinião, acontecendo no Brasil. “Mas lá não creio que seria tanto porque aqui, além do desenvolvimento, há uma questão racial de fundo, talvez em razão de o país ter recebido muitos imigrantes europeus.” Já o Peru — disse — “é um país mestiço e não tem esse problema que, deve-se dizer, vai surgir em breve na Bolívia, por que há um projeto de se instalar em Santa Cruz um contingente de 150 mil brancos sul-africanos, num projeto financiado pelos governos da África do Sul e da Alemanha Ocidental. O governo boliviano já desenvolve uma campanha em que afirma que é preciso

melhorar a qualidade humana, o que é essencialmente nazista.”

“De qualquer forma, o modelo desenvolvimentista capitalista implica em extinção do índio, mas uma extinção por omissão” disse o peruano que, confessando-se “impressionado com o que aconteceu aqui ao nativo amazônico”, acrescentou acreditar que esse processo se desenvolve no Brasil.

MEDO DO BRASIL

Padre Sanchez comentou, e repudiou por considerá-la “uma grande utopia”, a idéia que, entre intelectuais europeus, começa a ganhar corpo: a formação de um estado indígena latino-americano. A propósito, disse que, entre os inconvenientes, está o de que “uma das maiores causas do etnocídio do nativo são as fronteiras. O nativo não tem fronteiras, mas já foi até envolvido em conflitos dessa ordem e com quais nada tem a ver.”

Mas apesar da inviabilidade do projeto, o padre ainda fez considerações sobre ele e comentou que “falar dessa idéia é até perigoso diante da atual ideologia da segurança nacional e da política desenvolvimentista.” E essa política, a seu ver, é responsável pelo fato de que “nos países amazônicos há prevenção contra o Brasil.”

“O Brasil é visto como expansionista e imperialista. Os países fronteiriços, notadamente Bolívia e Paraguai, que não é amazônico, têm grande temor do expansionismo não-violento brasileiro. Há uma Comissão Mista Brasil-Peru tratando da integração fronteiriça. A parte brasileira propõe uma maior integração econômica. Mas os peruanos resistem e o fazem por esse motivo: É bem verdade que em muito disso há algo de mitologia, o temor do monstro, o medo do grande.”

O encontro prosseguiu ontem com o exame, agora por grupos internacionais (na primeira fase as comissões obedeciam à nacionalidade dos 40 participantes) das “respostas da Igreja ao desafio apresentado pela Pastoral junto aos nossos indígenas da América Latina.” Segundo dom Tomás Balduino, presidente do Conselho Indigenista Missionário, estudam-se “as realidades, as falhas e as interpelações”.

Ontem foi abordado apenas o primeiro ponto, “a resposta da Igreja aos anseios de liberação do índio, como de quaisquer minorias oprimidas e marginalizadas, os interesses dos governos e os questionamentos das conviências com o neocolonialismo”.

Explica o prelado de Goiás Velho que a Igreja “quer integrar-se aos interesses políticos globais dessas minorias”. Nesse ponto ele referenda as palavras do pastor protestante angolano José Chipenda, vice-chefe do Departamento de Combate ao Racismo do Conselho Mundial de Igrejas, que assiste ao encontro: “A Igreja não começa nada, a Igreja responde à conscientização dessas minorias.”

Informou-se que há divergências entre os participantes, que assumem vasta gama de posições — do mais arraigado conservadorismo às correntes mais renovadoras. Observa-se que os venezuelanos são particularmente refratários a posições como as do Peru, Brasil e Equador. Mas também se percebe, como comentou dom Balduino, recusando-se a identificar as opiniões e seus detentores, que “os conservadores tem forte insegurança”.

“Nessas missões já começa a haver um questionamento não-doutrinário, mas ditado pela voz dos fatos. É um processo de evolução, lógico”.

Os participantes, que constataram que o único país onde o governo controla não só a política indigenista mas todo o indigenismo é o Brasil, denunciam ainda mais uma divergência. Não é pacificamente aceita a tese esposada por dom Roger Aubry, presidente do Departamento de Missões do Celam, ou pelo reverendo José Chipenda, de que a defesa da integridade cultural do índio é, em síntese, a defesa da ecologia. Não se discorda de que o índio, como qualquer homem, pertence a um ecossistema. Mas a posição do prelado e do pastor é considerada um romantismo por muitos dos presentes. “Não se pode negar a dimensão política” — resume dom Balduino.

O convite que a Assembléia Legislativa do Amazonas aprovou, deverá ser entregue hoje a dom Milton Correa, arcebispo coadjutor de Manaus, dom Tomás Balduino, dom Pedro Casaldáliga e dom Moacir Grecchi, bispo prelado do Acre, membro da Comissão Episcopal de Pastoral da CNBB e presidente da Comissão Pastoral da Terra, chamados a falar ao plenário “sobre a situação do índio no Brasil e demais países amazônicos”.

Já na Câmara dos vereadores de Manaus, que um dia antes aprovou o mesmo convite aos mesmos prelados, acalmados os ânimos, tudo está pronto para a sessão marcada para as 15 horas de hoje.